

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A proteção social dos docentes e das suas famílias é um pilar fulcral naquela que é a valorização da sua carreira profissional e do próprio Estado Social. Com mais um ano letivo em governação socialista, este pilar encontra-se progressivamente danificado, após variados casos de ataque a esta proteção social.

Em 2006, com a governação do ex-Primeiro-Ministro socialista José Sócrates, os professores contratos perderam a possibilidade de realizar os seus descontos através da Caixa Geral de Aposentações, tendo passado compulsivamente para o sistema da Segurança Social. Após o desenvolvimento das queixas judiciais naquele momento apresentadas, em setembro deste ano, estes docentes puderam reingressar aos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, mediante pedido.

Este pedido terá sido realizado por milhares de docentes, não tendo sido conhecido qualquer impedimento aquando da sua realização. No entanto, há cerca de uma semana, as secretarias das escolas alertavam para a impossibilidade de realização destes descontos tanto para a Caixa Geral de Aposentações, como para a Segurança Social.

O resultado desta suspensão é uma desproteção destes docentes e das suas famílias, em caso de doenças ou na atribuição dos apoios sociais. Esta situação, ainda que, esperançosamente, transitória não é, nem pode ser aceitável, num Estado de Direito Democrático.

Os docentes vociferam palavras de injustiça, transtorno e revolta, nos meios de comunicação social, por mais uma falha do Estado Social a esta classe profissional. Os sindicatos demonstram a injustiça premente nesta suspensão infundamentada e sem aviso, após decisão judicial. O PSD exige saber quais os contornos desta ação e qual a resolução, breve, que a tutela responsável irá avançar.

O Ministério da Educação, em sede de contraditório na comunicação social, e seguindo o seu *modus operandi*, constata que nenhum trabalhador ficará sem proteção social, descredibilizando e falhando na resposta a milhares de profissionais que as secretarias das escolas relembram que não conseguem proceder aos descontos para nenhum dos dois sistemas.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm por este

meio solicitar à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através de Vossa Excelência, respostas às seguintes questões:

1. Tem conhecimento da situação destes professores que se encontram com o reingresso suspenso?
2. Está ciente da impossibilidade de alguns professores realizarem descontos quer para a Caixa Geral de Aposentações, quer para a Segurança Social?
3. Como resolverá, com a brevidade que a situação exige, esta suspensão e, conseqüentemente, a falta de proteção social destes docentes?
4. Que solução irá encontrar para dirimir retroativamente a proteção social que estes docentes necessitaram, à qual tinham legitimamente acesso e que não foi prestada?
5. Garante que mais nenhum professor ficará em situação de falta de proteção social por razões burocráticas?

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2023

Deputado(a)s

SÓNIA RAMOS(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO(PSD)

RUI CRUZ(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

DINIS RAMOS(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)